

## 10. Considerações finais

Os números apresentados demonstram que o Poder Judiciário está em crescimento. O cenário que o Relatório descortina levanta mais hipóteses que conclusões. Dados quantitativos têm seus limites, mas superam deficiências pela precisão. Nessa perspectiva, há que se ponderarem os dois extremos envolvidos na prestação jurisdicional: a resolução dos processos (baixa) e o ingresso de novos processos (casos novos). A resolução dos processos judiciais, seu julgamento definitivo e sua baixa, é responsabilidade constitucional do Poder Judiciário e de todo o sistema de Justiça. O aumento da litigância, por outro lado, é fenômeno mais complexo.

A quantidade de processos que ingressam cresce mais significativamente que o quantitativo de sentenças e o de baixas. Tal desempenho ocasionou a queda de 4,3 pontos percentuais (p.p.) no índice de baixados por caso novo no quadriênio, o qual tem registrado, desde 2011, índices abaixo de 100%, o que indica que não se consegue baixar nem mesmo o quantitativo de processos novos que ingressaram.

O crescimento da demanda não tem possibilitado que os esforços para julgar e baixar processos sejam suficientes. Mais especificamente, ao se analisar o crescimento do quantitativo dos casos novos junto com os indicadores de magistrados e servidores, observa-se que a grande maioria dos tribunais, com exceção da Justiça Federal, não consegue dar vazão aos processos em relação ao estoque existente.

A análise da série histórica traz à tona, novamente, o peso exercido pelos processos de execução fiscal, que representam 40% do estoque de processos pendentes e apenas 13% dos casos novos. A principal dificuldade consiste na redução do estoque dos processos de execução fiscal, visto que, mesmo com esforços empreendidos em 2011 e 2012 para aumentar o número de processos baixados, o quantitativo de processos em tramitação permanece subindo. A taxa de congestionamento na execução fiscal é de 89%, ou seja, de cada 100 processos em tramitação, 11 são baixados no decorrer do ano. Além disso, 8% dos processos de execução fiscal em tramitação foram sentenciados em 2012.

Quanto à aplicação do Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus), é importante considerar que a utilização do método de Análise Envoltória de Dados (DEA) pondera o volume de processos, força de trabalho e despesas com os resultados de produtividade obtidos. Por esse método, é possível identificar, quantitativamente, aqueles tribunais que têm condições de melhorar seu desempenho se forem analisados em comparação com outros tribunais que produziram mais com insumos equivalentes. É possível, assim, dimensionar o contexto do desempenho dos tribunais que conseguem baixar mais processos e também manter suas taxas de congestionamento em níveis menores. O exemplo dos tribunais paradigmas – que atingem percentuais maiores de eficiência – pode contribuir para incentivar a melhoria da produtividade dos demais tribunais que não conseguem atingir resultados semelhantes. Assim, a série histórica do Relatório Justiça em Números, fortalecida nesse quadriênio, reforça o diagnóstico conhecido do Poder Judiciário, ao mesmo tempo em que lança luz em direção a caminhos de aperfeiçoamento, a partir do IPC-Jus.

Por fim, ressalta-se que os dados apresentados representam esforço do CNJ em direção a uma compreensão nacional do desafio da prestação jurisdicional no Brasil. Do ponto de vista investigativo, o compartilhamento público dos dados possibilita que novos estudos sejam realizados para que, em conjunto com as informações trazidas no Relatório Justiça em Números, orientem a adoção de medidas normativas e de gestão judiciária capazes de garantir o acesso à Justiça no Brasil.